

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.934 – Brasília, sexta-feira, 14 de maio de 2004



Célio Azevedo

Relator propõe salário mínimo de R\$ 275

Obstrução da liderança do governo leva matéria, diretamente, ao exame do Plenário do Senado.

Página 3

MUDANÇAS Na comissão mista presidida por Tasso Jereissati, foram apresentadas 78 emendas à medida provisória que fixa o mínimo em R\$ 260

SAÚDE

Rede pública pode atender em todas as especialidades

A atenção integral à saúde em todas as áreas médicas, incluindo as ações assistenciais e preventivas, deve tornar-se obrigatória no SUS. Substitutivo a projeto da Câmara nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais

Página 8



Gerardo Magela

Paim (E), ao lado do deputado Reginaldo Germano, na videoconferência da Interlegis

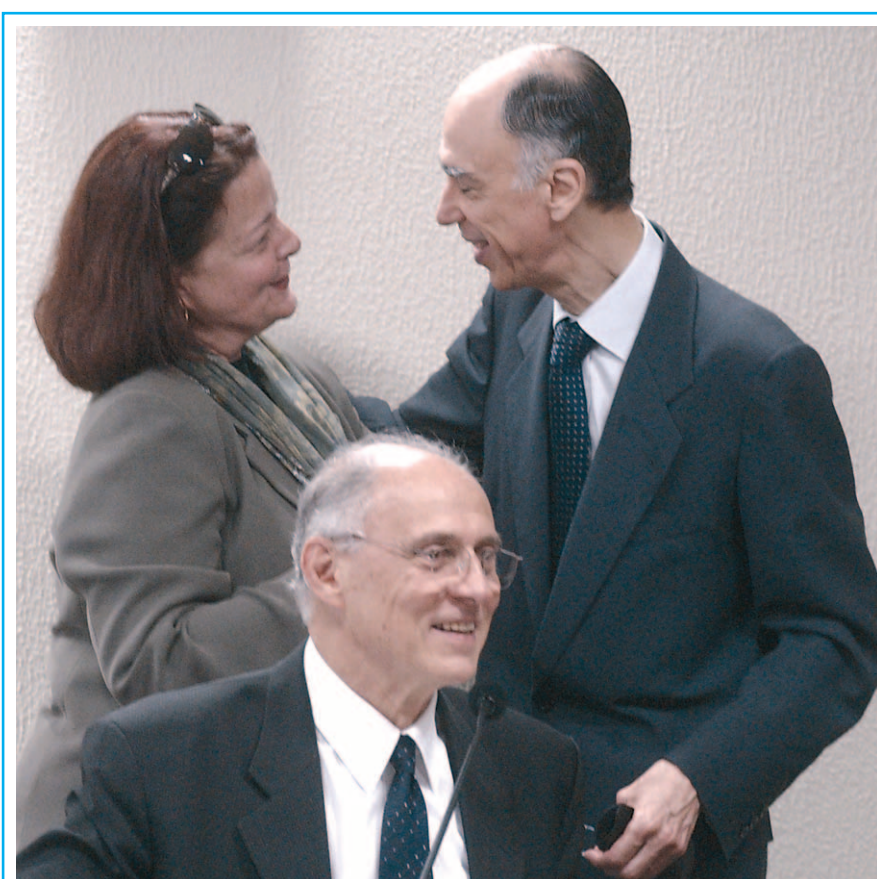
Igualdade racial, debate na Interlegis

O significado do Estatuto da Igualdade Racial para a comunidade negra foi destacado pelo senador Paulo Paim ao presidir videoconferência sobre a igualdade racial. O evento marcou, no Senado, a passagem do 13 de maio, dia da abolição da escravidão. Paim disse que a data deve ser conhecida como dia de denúncia do racismo.

Cristovam pede choque social contra exclusão

O senador Cristovam Buarque defendeu ontem a necessidade de o Senado completar o trabalho iniciado pela Lei Áurea e realizar um choque social contra a exclusão. O primeiro passo, sugeriu, seria dar dignidade ao salário do professor de ensino básico.

Página 6



Célio Azevedo

Suplicy preside reunião da Comissão de Relações Exteriores que sabatina Vera Lúcia Barrouin (cumprimentada por Marco Maciel), indicada para a Santa Sé

Embaixadores sabatinados em comissão

Página 7

Salvo-conduto a jornalista do NYT repercute no Senado

Os senadores Sérgio Cabral, Ramez Tebet, Antero Paes de Barros e Almeida Lima elogiaram a decisão do ministro Peçanha Martins, do STJ, de conceder salvo-conduto ao jornalista Larry Rother. O correspondente do *The New York Times* teve seu visto de permanência cancelado pelo governo brasileiro. Já o senador João Batista Motta defendeu a decisão do governo. Ontem de manhã, líderes partidários e o presidente do Senado, José Sarney, expressaram solidariedade ao presidente Lula e pediram que mantivesse o visto ao correspondente. Lula respondeu que só um fato novo, como um pedido de desculpas do jornal ou do jornalista, levaria à revisão da medida.



Roosevelt Fimiatro

Sérgio Cabral pediu ao STJ habeas corpus em favor do jornalista

Páginas 4 e 5



PREJUÍZOS Azeredo alerta para a diminuição da malha ferroviária brasileira

Azeredo saúda os cem anos da Ferrovia Vitória-Minas

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) homenageou ontem o centenário da Ferrovia Vitória-Minas, que vai de Itabira (MG) à capital do Espírito Santo, e escoia o minério de ferro e os produtos siderúrgicos da região. Azeredo aproveitou a data para chamar a atenção sobre a diminuição da malha ferroviária, que de 37,2 mil quilômetros, em 1953, caiu para 30,5 mil, quase voltando à extensão de 1922, que era 29 mil.

Azeredo citou a atuação de empresas como a Belgo-Mineira, a Companhia Vale do Rio Doce, a Acesita e a Usiminas, que tiveram na ferrovia a infraestrutura essencial ao seu funcionamento. Ele também destacou os empresários Pedro Nolasco e Percival Farquhar como fundamentais para a concretização do sonho da estrada, e o trabalho dos operários, que muitas vezes pagaram com a vida a ousadia da construção.

O parlamentar assinalou ainda o compromisso assumido pela Vale, quando da privatização da companhia, em 1997, de construir o ramal Pirapora-Unaf da Ferrovia Centro-Atlântica.

Mestrinho quer reduzir tamanho da CMO

■ Ao deixar a presidência da comissão, senador diz que formação atual dificulta negociações para votar o orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), defendeu a redução do número de parlamentares que integram a comissão, composta atualmente por 21 senadores e 42 deputados titulares, e igual número de suplentes. Mestrinho considerou que 63 parlamentares é uma quantidade excessiva que dificulta o quórum mínimo para as reuniões e mesmo as negociações entre as bancadas representadas no colegiado.

Mestrinho, que está encerrando seu segundo mandato como presidente da CMO – o primeiro foi em 1999/2000 –, disse que essa alteração poderá ser discutida pelos parlamentares designados para propor mudanças na Resolução 1 do Congresso, que disciplina o funcionamento da comissão.

Para o senador, o Executivo deveria ter mais respeito pelas emendas individuais dos parlamentares, para garantir que a participação do Legislativo não seja mera ratificação do que é proposto pelo governo.

A posição do senador não é totalmente contrária ao contingenciamento. Ele admitiu à Agência Senado que esse instrumento seja utilizado no início do ano para adequar o fluxo de caixa do governo, desde



CONTRA Mestrinho considera que orçamento impositivo não é adequado à realidade brasileira

que as emendas sejam executadas até o fim do ano, cumprindo o que foi aprovado pelo Congresso. Mestrinho não é favorável ao projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que estabelece o orçamento impositivo, substituindo o caráter autorizativo da lei orçamentária. Essa propos-

ta, na sua avaliação, só é viável em uma economia estável.

– Orçamento é uma previsão de receitas e uma fixação de despesas que só poderão ser executadas se os recursos se efetivarem. Se a economia vai mal, não há como cumprir os gastos fixados na lei – analisou Mestrinho.

Na opinião do senador, houve “mudança de estilo” na administração do PT. A opção por um orçamento realista, que ele mesmo defende, trouxe uma de suas maiores dificuldades na presidência da comissão: acomodar pressões dos parlamentares e recursos escassos.

– Foi um orçamento magro com uma demanda gorda. Mas felizmente conseguimos aprová-lo em dezembro – concluiu Mestrinho.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 9h

Os senadores participam hoje, a partir das 9h, de sessão não deliberativa. Sem a votação de matérias, a reunião é destinada aos discursos dos parlamentares e avisos da Mesa diretora. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Reginaldo Duarte (PSDB-CE) e Marcelo Crivella (PL-RJ).

Exposição de mapas da formação do Brasil

O Congresso Nacional, em parceria com o Instituto Cultural Banco Santos, realiza até 1º de agosto a mostra “Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil”, no Salão Negro. A exposição, que já recebeu mais de 12 mil visitantes, pode ser vista de terça a sexta, das 9h30 às 17h30, e nos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h.



Riachão na TV Senado

A TV Senado exibe amanhã, às 21h30, a segunda apresentação do projeto Da Idade do Mundo, que traz músicos octogenários. Essa edição mostra o cantor Riachão, que tem no repertório ritmos como samba, forró e jongo.

A Voz do Cidadão

O leitor que desejar entrar em contato com o Senado pode utilizar o serviço A Voz do Cidadão, que recebe ligações gratuitas de todo o Brasil pelo telefone 0800 61-2211. As mensagens são encaminhadas aos órgãos de competência.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Comissão elege na terça nova Mesa para votar Orçamento 2005

A nova Mesa da Comissão Mista de Orçamento será eleita na terça-feira, em reunião marcada para as 14h30. Segundo o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que deverá ser substituído na presidência da comissão pelo deputado Paulo Bernardo (PT-PR), a nova composição da Mesa já terá sua primeira audiência pública, na mesma tarde, com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, que vai falar sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005.

Conforme o critério de alternância entre as duas Casas, a relatoria da LDO e do Orçamento ficará com o Senado, com o nome indicado pelo partido majoritário na Casa, o PMDB. A designação de Romero Jucá (PMDB-RR) para ser o relator do projeto de lei do Orçamento Geral da União (OGU) do próximo ano já foi acertada pela bancada, faltando oficializar o nome para a relatoria da LDO.

Segundo Mestrinho, o mais cotado é o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que estava impedido pelo regimento por não ser titular do partido na comissão. Isso foi resolvido com a formalização do nome de Garibaldi como titular na CMO. No entanto, não houve ainda acerto final para confirmar sua indicação para a relatoria da LDO.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

PISO SALARIAL

Relator da MP 182/04, deputado Rodrigo Maia apresentou relatório com valor maior do que o pretendido pelo governo. Senadores da oposição garantem que é possível aumentar o mínimo e respeitar a lei fiscal

Relator propõe salário mínimo de R\$ 275

O relator da medida provisória do novo salário mínimo, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), defendeu ontem, durante reunião da comissão mista que analisou a MP 182/04, um reajuste maior do que o concedido pelo governo: R\$ 275. O Executivo propôs R\$ 260. O parecer do relator, no entanto, não foi votado por falta de quórum – a liderança do governo decidiu obstruir a votação. Dessa forma, a matéria segue direto para exame do Plenário da Câmara dos Deputados, que terá 30 dias para analisá-la. Foram apresentadas 78 emendas à comissão, presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Maia manteve no seu relatório o aumento de R\$ 13,48 para R\$ 20 no salário-família para quem ganha até R\$ 390, e de R\$ 14,09 para quem ganha de R\$ 390 a R\$ 586,19, como já prevê a MP 182.

O deputado apresentou a origem dos recursos que poderão custear a elevação do mínimo, que somam pouco mais de R\$ 4,7 bilhões. Para ele, as fontes são o excesso de arrecadação tributária em relação ao que previa a lei orçamentária de 2004 (R\$ 1,7 bilhão); a redução da necessidade de superávit primário neste ano, por causa do menor crescimento

Poder de compra menor

Desde que o salário mínimo foi criado no Brasil, em 1940, o seu poder de compra sofreu variações no decorrer dos anos. Em 1959, por exemplo, o salário permitia a compra de 85 quilos de carne ou 455 litros de leite. No ano passado, o salário só pagava 29 quilos de carne ou 186 litros de leite. Veja a variação do poder de compra do salário mínimo em relação a cinco produtos:

	Carne (kg)	Feijão (kg)	Arroz (kg)	Pão (kg)	Leite (l)
1959	85	192	202	230	455
2003	29	78	134	48	186

Fonte: Dieese



RELATÓRIO TÉCNICO Rodrigo Maia (E), ao lado de Jereissati (C) e Paim (D), aponta fontes de recursos que poderão custear reajuste

da economia (R\$ 0,7 bilhão); os recursos já reservados no orçamento para o aumento do mínimo (R\$ 1,8 bilhão); e o remanejamento de dotações orçamentárias, como o corte

de diárias e passagens (R\$ 504 milhões).

Segundo o relatório, o reajuste de R\$ 275 terá o menor impacto possível sobre o déficit da Previdência Social. Esse déficit

foi um dos argumentos usados pelo governo federal para conceder o aumento de R\$ 260.

– Tenho convicção que convencerei o Executivo de que esse valor [R\$ 275] não prejudica as contas públicas do país – afirmou Maia.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o relatório foi elaborado por técnicos da área do orçamento. “O governo nos desafiou a identificar as fontes de recursos. Elas estão identificadas de forma técnica, sem politicagem. Agora, se o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não aprovar, não será por uma questão técnica, mas política”, observou o presidente da comissão.



DESINTERESSE Agripino: governo teve “má vontade” para discutir reajuste do piso salarial

Agripino condena ausência da base governista à votação

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que os partidos governistas “deram demonstração clara de que não tinham interesse pela discussão sobre o salário mínimo”, ao boicotarem a comissão mista especial instalada para debater a medida provisória que fixou em R\$ 260 o novo valor para o piso salarial vigente no país. A comissão não votou a matéria por falta de quórum, que foi garantida pela ausência dos parlamentares da base governista.

Agripino disse ser responsabilidade da oposição cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a promessa de campanha de dobrar o valor do salário mínimo durante seu mandato. Assim, a oposição poderia exigir um valor de R\$ 322,22, proporcionalmente necessário para a duplicação, mas se contentou com a proposta apresentada pelo relator, deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ), de elevar o piso para R\$ 275.

– Mais uma vez, a base do governo impediu que houvesse quórum. PFL, PSDB e PDT estavam 100% presentes na comissão. Esperamos até as 14 horas para que matéria fosse a voto, mas isso não aconteceu – lamentou.

Na votação no Senado, o governo “vai ver com quantos paus se faz uma jangada”, previu o senador.

– Tenho certeza de que vamos conquistar, em nome do trabalhador brasileiro, um acréscimo, por menor que seja – garantiu.

Oposição defende reajuste maior e critica falta de quórum

É possível ser fiel às normas da responsabilidade fiscal e ainda assim aumentar o salário mínimo dos R\$ 260, propostos pelo governo, para R\$ 275. Essa foi a tônica dos discursos dos senadores de oposição que participaram da reunião da comissão mista. Os parlamentares também criticaram a ausência da bancada do PT durante a reunião.

“Nunca esperei isso”, assegurou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), observando que a comissão trabalhou com equilíbrio. “Procuramos mostrar qual o máximo do salário mínimo que a racionalidade permite. Hoje chegamos ao fim de uma jornada bonita, democrática”, assinalou.

O senador Efraim Morais (PFL-PB) lamentou a ausência de parlamentares do PT na discussão e considerou que o valor apontado pelo relatório de Rodrigo Maia (PFL-RJ) está “dentro do possível”. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ressaltou que, na Bahia, o sa-

lário mínimo é de R\$ 320. Ele ressaltou que não abre mão da tese do equivalente a US\$ 100 dólares para o mínimo.

Perplexidade

Apesar de ser membro do PT, o senador Paulo Paim (RS) afirmou que “dói demais” ver recursos serem negados a quem recebe salário mínimo. “Com R\$ 260 não se paga nem o aluguel, e a pessoa passa fome”, frisou. Emocionado, Paim chegou a chorar durante a reunião da comissão mista e disse estar perplexo com a atitude do governo petista, sentindo-se “um peixe fora d’água”.

De acordo com Eduardo Suplicy (PT-SP), um aumento superior ao concedido poderia ter grande repercussão no mercado de trabalho, inclusive podendo causar desemprego. Como alternativa, Suplicy defendeu a adoção da renda básica de cidadania, já aprovada pelo Congresso, e que, quando for implantada em 2005, dará direito a todos de participarem da riqueza da nação.



REIVINDICAÇÃO Antonio Carlos afirma que salário inferior a R\$ 300 é inaceitável

ACM diz que apóia mínimo de US\$ 100 desde 1995

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que considera inaceitável um salário mínimo inferior a US\$ 100 e lamentou que nem o governo anterior nem o atual tenham dado atenção à sua proposta, aprovada na legislatura anterior, de criação de um fundo de erradicação da pobreza.

– Nenhum trabalhador pode aceitar um salário mínimo de R\$ 260 pacificamente, é aviltante. Eu defendo os US\$ 100 desde 1995, quando o dólar equivalia a um real, e seria relativamente fácil o reajuste – salientou Antonio Carlos.

IMPRESA

Cassação de visto do jornalista Larry Rohter e decisão do ministro Peçanha Martins, do STJ, de conceder salvo-conduto ao correspondente do *The New York Times* repercutem no Senado. Líderes levam solidariedade ao presidente da República



JUSTIÇA Sérgio Cabral enaltece decisão do ministro Peçanha Martins

Sérgio Cabral vê "peça histórica em defesa da democracia"

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) considerou "uma peça histórica em defesa da democracia brasileira" a decisão do ministro Francisco Peçanha Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que concedeu salvo-conduto a favor da permanência, no Brasil, do jornalista norte-americano Larry Rohter. Com a determinação judicial, o jornalista

tem permissão para se movimentar livremente por todo o território nacional. Na tarde de ontem, o senador impetrou um pedido de *habeas corpus* em favor de Rohter no Supremo Tribunal Federal.

Sérgio Cabral foi o autor do *habeas corpus* impetrado no STJ e leu em Plenário toda a sentença do ministro, tomada ontem.

– A decisão do ministro Francisco Peçanha foi adotada, por coincidência, no dia 13 de maio (Lei Áurea), reafirmando a independência dos Poderes da República – observou.

Em sua resolução, lida por Sérgio Cabral, o ministro do STJ afirma que "a imprensa é um dos pilares fundamentais da democracia e é livre a expressão da atividade intelectual, ar-

tística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença", como determina o artigo 5º da Constituição.

O ministro Peçanha lembra que o correspondente estrangeiro no Brasil está sob a guarda da Constituição brasileira e, assim, detém o direito de liberdade de expressão conferido a todos os brasileiros.

Almeida Lima elogia iniciativa de Cabral e liminar do STJ

O senador Almeida Lima (PDT-SE) elogiou ontem o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) pela iniciativa de requerer junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) um *habeas corpus* para garantir a permanência no Brasil do jornalista Larry Rohter, que havia sido expulso por determinação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O STJ concedeu ontem uma liminar que garante a permanência do jornalista até o julgamento do mérito do *habeas corpus*.

Para Almeida Lima, a decisão do STJ permite que se diga à comunidade internacional que "Lula não é o Brasil, é um equívoco", e demonstra que o Brasil não é "uma republiqueta de bananas, não se resume ao Lula". Para o senador, o presidente Lula, a exemplo de um antigo rei francês, pensa que é o Estado e se esquece de que a Revolução Francesa lançou as bases das liberdades individuais e de opinião e a divisão do Estado em três Poderes.

– Enquanto governo, poderiam ter-se valido das instituições democráticas para garantir uma resposta às ofensas que alegam ter sofrido – afirmou.

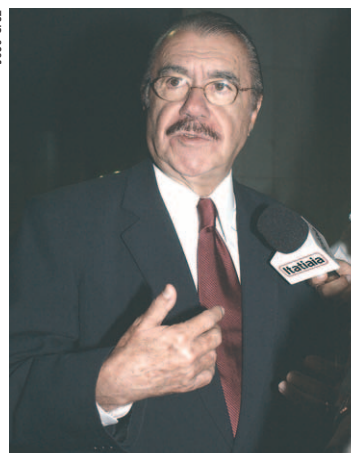
Lula diz a senadores que só fato novo mudaria decisão

■ Presidente do Senado e líderes levaram ao chefe do governo "solidariedade em face de matéria ofensiva"

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem, após reunião com o presidente Lula, no Palácio do Planalto, que o governo brasileiro só voltará atrás na decisão de cancelar o visto do jornalista do *The New York Times*, Larry Rohter, caso aconteça "um fato novo, como um pedido de desculpas formal do jornal ou do próprio jornalista".

Sarney foi ao Palácio acompanhado de vários líderes, no que ele caracterizou como "uma missão de diplomacia e bons ofícios". Além de apelarem pela revogação da medida contra o jornalista, os senadores também levaram ao presidente da República "a solidariedade da Casa em face da matéria extremamente ofensiva e injusta", relatou Sarney.

– O presidente disse que sua atitude não é pessoal, mas motivada por razões de Estado, de preservação da imagem do país no exterior e, portanto, sente-se impossibilitado de rever sua decisão sem um fato novo – declarou o presidente do Senado.



DIPLOMACIA José Sarney esteve no Palácio do Planalto em companhia de líderes

Participaram do encontro com o presidente da República os líderes do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e no Congresso, Fernando Bezerra (PTB-RN); do bloco de apoio, Ideli Salvatti (PT-SC); do PMDB, Renan Calheiros (AL); do PTB, Duciomar Costa (PA); do PSB, João Capiberibe (AP), além do vice-presidente José Alencar e dos ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo.

Segundo Capiberibe, o presidente da República observou que respeitaria "qualquer decisão judicial em favor do jornalista", sabendo das chances de isso acontecer, já que o cor-

respondente do jornal norte-americano é casado com brasileira e tem filho brasileiro. Entretanto, o presidente manteve sua posição diante do "conteúdo ofensivo da matéria, especialmente quando se refere ao pai do presidente como alcoólatra e tenta deduzir que há uma herança genética", relatou o senador.

Habeas corpus

O jornalista norte-americano William Larry Rohter Junior, autor da matéria publicada no *The New York Times* referindo-se a outras reportagens que atribuem ao presidente Lula o uso de bebida alcoólica, obteve no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a garantia de livre trânsito em território nacional. O ministro Peçanha Martins, relator do *habeas corpus* solicitado pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), concedeu ao jornalista um salvo-conduto (documento que possibilita o livre trânsito em zona de beligerância, sem risco de prisão de seu portador). Pelo menos até que o mérito do pedido seja apreciado pelos demais ministros que integram a Primeira Seção.

Larry Rohter teve o visto de permanência temporário no Brasil cancelado pelo ministro da Justiça interino no último dia 10.

Para ACM, houve precipitação de líderes

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou uma precipitação a ida dos líderes partidários ao presidente da República, na manhã de ontem, para pedir a revogação da expulsão do país do jornalista Larry Rohter.

– Não é assim que se faz polí-

tica. Houve um desgaste desnecessário dos líderes, que só deveriam ir ao Palácio se soubessem que o presidente os atenderia. Política é uma arte que precisa ser cada vez mais aprimorada – disse.

Antonio Carlos elogiou a atitude do senador Sérgio Cabral,

que impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça em favor do jornalista norte-americano. "O senador foi inteligente e corajoso, porque a reportagem é malfeita, grosseira, e merece um processo judicial, mas não a expulsão do país do seu autor", afirmou.



CRÍTICA Ramez Tebet constata que Lula confundiu a si próprio com a Presidência

Presidente cometeu ato ilegal, afirma Tebet

Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o presidente Lula confundiu sua própria pessoa com a instituição Presidência da República, ao decidir-se pelo cancelamento do visto de permanência no Brasil do jornalista Larry Rohter.

– O senador Sérgio Cabral e o Superior Tribunal de Justiça merecem o nosso abraço e a nossa homenagem, porque garantiram o respeito à democracia.

Tebet reconheceu que a pessoa física do presidente da República foi gravemente injuriada, e a injúria foi extensiva à família dele, mas que, como presidente, não poderia ter cometido um ato ilegal, a cassação da permanência de um estrangeiro casado com uma brasileira. Em aparte, Cristovam Buarque (PT-DF) afirmou que a liminar em favor do jornalista, concedida pelo STJ, foi uma derrota do governo, mas uma vitória da democracia. O senador Mão Santa (PMDB-PI) também aparteu Tebet.

O senador Tebet ainda homenageou o dia 13 de maio, dia da abolição da escravatura, lembrando que a luta continua, porque a população permanece, em sua maioria, empobrecida.



ANÁLISE Almeida Lima observa que o presidente da República "não é o Brasil"

IMPrensa

Para Antero, Lula insiste no erro ao manter retirada do visto

Ao criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por não rever a decisão de cassar o visto do jornalista Larry Rohter, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) disse não haver dúvida de que o chefe do governo errou, “mas o pior é que insistiu no erro”.

O parlamentar lembrou que o presidente do Congresso, José Sarney, e as lideranças dos partidos que dão sustentação ao governo reuniram-se com o presidente da República, para tentar suspender a medida. Mas, assinalou o senador, Lula manteve a “esdrúxula, arbitrária e violenta decisão”.

Antero elogiou o ministro do Superior Tribunal de Justiça



Roosevelt Pinheiro

SALVO-CONDUTO Antero de Barros elogia liminar concedida ao jornalista por ministro do STJ

(STJ) Peçanha Martins, que, em decisão liminar, garantiu a permanência de Larry Rohter no Brasil. O parlamentar leu várias manifestações, da imprensa e de entidades, contrárias à expulsão do correspondente do *The New York Times*.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que vai escrever ao editor do *NYT* afirmando ser justo o sentimento de Lula. Ramez Tebet (PMDB-MS) e Mão Santa (PMDB-PI) também apartearam.



Roosevelt Pinheiro

BLOQUEIO João Batista Motta denuncia ação contra transporte de soja no Rio Araguaia

Motta sugere que presidente expulse falsos ambientalistas

Depois de apoiar a decisão do presidente da República de cassar o visto do jornalista Larry Rohter, o senador João Batista Motta (PMDB-ES) sugeriu a Lula que também expulse do Brasil “os americanos vestidos de ambientalistas”. Para o

senador, esses ambientalistas “ficam tentando criar parques marinhos no litoral do Espírito Santo, para atrapalhar a Petrobras”.

– O presidente tem de expulsar esses americanos que tentam impedir o tráfego de balsas carregadas de soja no Rio Araguaia – afirmou.

Motta lamentou que o 1º de maio deste ano tenha sido festejado com um desemprego em nível recorde – exatamente de 20,6% na região metropolitana de São Paulo, onde existem 2 milhões de desempregados. Ele acusou a política econômica do governo de diminuir o poder de compra da população e aumentar o desemprego.

O senador alertou Lula para o fato de que o tempo começa a escassear, se ele “realmente pretende cumprir suas promessas de campanha eleitoral”. E lamentou as dificuldades que o governo tem para oferecer um reajuste maior do salário mínimo.

Ideli destaca avanços na política de crédito popular

Aumento do número de contas e redução de juros para microcrédito são dois dos resultados anunciados pela líder



Moreira Mariz

RESTOS A PAGAR Ideli ressalta ainda liberação de recursos para quitar dívidas e retomar obras

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), anunciou ontem os primeiros resultados da política de inclusão bancária do governo Lula: aumento do número de contas correntes e de empréstimos bancários, com diminuição das taxas de juros e alongamento dos prazos de débitos renegociados.

Observando que o assunto foi tema de matéria no *Jornal Nacional*, da TV Globo, a parlamentar comemorou a melhoria das condições da população de baixa renda assistida pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil (BB) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimen-

to Econômico e Social (BNDES). Muitos desses brasileiros já teriam voltado a investir e a consumir com o equacionamento de sua situação financeira.

Conforme a senadora, há hoje na Caixa 1,6 milhão de contas populares ativas, quando a expectativa era de uma abertura inicial de 500 mil, com renda dos titulares na faixa de R\$ 800. No que se refere a em-

préstimos para desconto em folha de pagamento, foram assinados contratos no total de R\$ 610,6 mil, com taxas de juros de 1,75% a 4,16% ao mês.

– São juros muito baixos em comparação com os 12% a 13% cobrados no cheque especial e no cartão de crédito – ressaltou.

Ideli citou ainda a taxa de juros de 2% nos empréstimos da modalidade Caixa Aqui, com 778 mil contratos pré-aprovados. No total, são R\$ 30 bilhões disponíveis para o microcrédito na Caixa, no BB e no BNDES.

Outro motivo de otimismo, destacou a líder do PT, é a liberação de R\$ 700 milhões para quitar dívidas com empreiteiras, os chamados “restos a pagar”. Com a perspectiva de pagamentos, as empreiteiras aceitarão iniciar novas obras. No seu estado, Ideli referiu-se à rodovia de acesso ao porto de São Francisco e à BR-101.

Demostenes critica gastos do governo

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lamentou que, ao mesmo tempo em que a União nega recursos à segurança pública e não aplica as verbas na recuperação de rodovias, comporta-se de forma oposta no pagamento de passagens aéreas e hospedagem do pessoal recrutado nos estados para ocupar cargos na máquina administrativa do governo.

– Conforme dados publicados pelo jornal *Correio Braziliense* do último domingo, o Governo Zero sangrou a viúva, nos 16 meses de administração petista, em R\$ 100 milhões para pagar auxílio-moradia e ajuda de custo a ministros e companheiros de diversos escalões. Isso equivale a 90% de tudo o que foi liberado para o Plano Nacional de Segurança Pública no ano passado – afirmou.

Citando números do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), o senador observou que, no ano passado, o Ministério da Justiça executou apenas 30% dos recursos previstos no orçamento. Por outro lado, a liberação de diárias atingiu 97,3% do previsto, a emissão de passagens aéreas chegou a 95,84% e o dinheiro destinado a papelaria e cafezinho teve um percentual de liberação de 83,86% do previsto.

Segundo Demostenes, nem mesmo os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) estão sendo aplicados na construção e recuperação das rodovias, como prevê a Constituição. Ele ressaltou que, em 2003, dos R\$ 7,5 bilhões arrecadados, o Ministério dos Transportes aplicou R\$ 3,982 bilhões, dos quais



Roosevelt Pinheiro

EXAGERO Demostenes condena despesa de R\$ 100 milhões em auxílio-moradia e ajuda de custo

apenas 28% foram destinados a investimentos na malha rodoviária.

Em aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu uma câmara de gestão para agilizar melhorias nas estradas. Para Ramez Tebet (PMDB-MS), o investimento em rodovias não pode ser encarado como despesa.

Mão Santa aconselha Lula a buscar ajuda no Senado

O senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que busque ajuda entre os políticos mais experientes, “como os que estão aqui no Senado”. Para ele, o PT não tem a experiência necessária para governar o país e, por isso, comete erros e não consegue cumprir promessas da campanha eleitoral.

– Eles podem se julgar preparados lá no partidinho deles. Cadê o debate qualificado? A experiência é que leva à sabedoria, e eles não têm essa experiência.

Mão Santa criticou o reajuste de R\$ 20 concedido ao salário mínimo e contestou os argumentos apresentados pelo governo para não dar um reajuste maior.

– É tudo balela dizer que não tem dinheiro e colocar a culpa nos aposentados, que já foram sacrificados demais. Que Deus feche este Senado se permitirmos esse salário vil – enfatizou. O parlamentar lembrou que foi prefeito na época da inflação alta e que não sabia como pagar a folha salarial de cada mês. “Conseguí pagar assim mesmo.”

Apartando, Almeida Lima (PDT-SE) destacou a “insensibilidade” do governo, que a seu ver poderia reverter a “situação de penúria em que vive o povo brasileiro”. Cristovam Buarque (PT-DF) concordou com Mão Santa quando este disse que Deus deveria fechar o Senado se não for aprovado um aumento maior do salário mínimo.



Roosevelt Pinheiro

REQUISITO Mão Santa afirma que PT não tem experiência necessária para governar



FISCALIZAÇÃO Segundo Duciomar, proposta contribuirá para o controle da arrecadação

Duciomar quer destinar 0,5% do ICMS para o trabalhador

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) solicitou ontem o apoio dos parlamentares da Casa para aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que reverte 0,5% do montante do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos trabalhadores das empresas pagadoras. A destinação dos recursos do imposto seria decidida em deliberação do órgão colegiado dos representantes dos estados e do Distrito Federal (Confaz), acrescentou.

Duciomar argumentou que a PEC tem “elevado alcance social” e contribuirá de maneira significativa para o desenvolvimento do controle e fiscalização na arrecadação tributária, pois, na prática, vai transformar cada trabalhador em agente fiscalizador.

De acordo com o senador, haverá grande interesse, por parte dos empregados de todas as empresas contribuintes do ICMS, em ver aumentar os valores que virão a ser distribuídos, conforme estabelece a PEC. Na prática, ressaltou Duciomar, a aprovação da proposta pode chegar a dobrar o salário dos trabalhadores, gerando, conseqüentemente, apreciável acréscimo na arrecadação dos estados, Distrito Federal e municípios, sem aumento da carga tributária.

Turismo

Duciomar criticou a decisão do Departamento de Aviação Civil (DAC), no início da semana, de determinar que a empresa de viação aérea Gol suspendera a venda de passagens para várias capitais e cidades brasileiras a R\$ 50. Dizer que a proibição pretende evitar concorrência predatória é “argumentação esdrúxula”.

Cristovam defende “choque social” que conclua abolição da escravatura

■ Primeiro passo seria “dar dignidade ao salário do professor do ensino básico”, afirma o senador

“A Lei Áurea foi o único gesto radical de política social feito no Brasil em toda nossa história, mas foi um gesto incompleto.” A opinião é do senador Cristovam Buarque (PT-DF), que defendeu a necessidade de o Senado completar o trabalho com um choque social que acabe com a exclusão. O primeiro passo, sugeriu, seria dar dignidade ao salário do professor do ensino básico do país.

Para Cristovam, o Senado de-

ve assumir o compromisso moral de declarar que a abolição está incompleta, reconhecer que é sua tarefa histórica completá-la e se indignar com a realidade da exclusão social. Exigir o fim do analfabetismo é um passo que precisa ser dado, segundo Cristovam.

Uma das propostas do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva – que todas as crianças brasileiras tenham uma vaga na escola mais próxima de casa no dia em que completarem quatro anos – seria outra iniciativa. Reforma agrária é outra exigência para concluir a abolição, acrescentou.

– Em 1888 tínhamos 720 mil escravos vivendo em senzalas, trabalhando obrigatoriamente,

praticamente todos analfabetos, sem direito a terra. Hoje temos 30 milhões vivendo em favelas, 12 milhões de desempregados, 17 milhões de analfabetos, 4 milhões de sem-terra. O número de escravos mudou, o nome passou a ser excluído ou pobre, o endereço não é mais o mesmo, mas pouco mudou na realidade social, nas condições de vida, na cor da pobreza, na violência, na prostituição infantil, na falta de higiene, na fome, nas filas.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que as propostas de Cristovam contribuem para a democracia. Para Ramez Tebet (PMDB-MS), sem uma reforma política o Congresso não terá con-



TRABALHO Para Cristovam Buarque, é tarefa do Senado se indignar com a exclusão social

dições de ampliar os recursos para a área social. Ideli Salvatti (PT-SC) ressaltou a importância de o país concluir seu processo abolicionista.



DEBATE Paim (segundo à esquerda), entre a ministra Matilde Ribeiro, o deputado Reginaldo Germano e Edson Cardoso, preside a discussão

Videoconferência discute políticas contra o racismo

Em evento alusivo ao dia 13 de maio, comemorando os 116 anos da abolição da escravatura, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), presidiu ontem, na Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis), videoconferência sobre igualdade racial. Paim disse que a data deve ser conhecida como o dia da denúncia do racismo.

Na abertura da conferência, o senador resumiu o significado do Estatuto da Igualdade Racial para a comunidade negra e a importância de a dimensão racial ser incluída nas políticas públicas. Autor do projeto que institui o estatuto (PLS 213/03), ele afirmou que para a proposta ser aprovada é necessário que “os tambores rufem nas ruas”.

Participaram do debate a ministra Matilde Ribeiro, da Se-

cretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; o professor Edson Cardoso, especialista em relações raciais; e o deputado Reginaldo Germano (PP-BA), relator do projeto do Estatuto da Igualdade Racial na Câmara.

Matilde Ribeiro celebrou a idéia do estatuto como instrumento contra a discriminação racial. Para Edson Cardoso, a tentativa de ampliar os direitos previstos no estatuto para outros grupos criará dificuldades para os afro-brasileiros.

Reginaldo Germano considerou fundamental a aprovação de fundo de promoção da igualdade racial que implemente políticas de inclusão.

Participou também da conferência a secretária de Cultura do Piauí, Sônia Terra, radialista que está sendo vítima de discriminação em razão de sua cor.

Sarney participa de lançamento de livro sobre negros

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem do lançamento do livro *O Negro no Maranhão*, de Manoel Santos Neto. O evento, iniciativa do deputado Sarney Filho (PV-MA), fez parte das comemorações do Dia Nacional de Combate ao Racismo. O senador defendeu a adoção de políticas públicas de inclusão dos afro-descendentes e afirmou que “a escravidão é uma mancha na

história brasileira”.

Sarney ressaltou a contribuição do livro aos estudos sobre a situação do negro no Brasil. Para ele, a cultura maranhense “deve uma grande contribuição” aos descendentes de africanos. O senador lembrou que, quando presidente da República (1985-1990), preocupou-se com o combate ao racismo, tendo criado a Fundação Palmares.



José Sarney

Osmar defende aperfeiçoamento da Lei de Biossegurança

Roosevelt Pinheiro



DISTORÇÃO Para Osmar Dias, texto aprovado pela Câmara dificulta a pesquisa

O senador Osmar Dias (PDT-PR) apelou aos líderes, principalmente o do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), para que dê ao Senado a chance de aperfeiçoar o projeto da Lei de Biossegurança, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Segundo Osmar, o texto da proposta dificulta a pesquisa biotecnológica no Brasil.

– Vou elogiar o senador Aloizio Mercadante por ter convocado uma reunião dos líderes para a próxima segunda-feira, a fim de discutir o projeto, mas não concordo com a decisão de trazer o assunto direto ao Plenário, sem o exame das comissões técnicas – disse.

Já a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apelou ao líder de seu partido, Arthur Virgílio (AM), para que não aceite a proposta de submeter o projeto ao exame do Plenário sem a audiência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Osmar afirmou que ele e ou-

tros senadores, como Ramez Tebet (PMDB-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), têm sugestões para aperfeiçoar o texto da Câmara, que é “muito ruim”.

O senador pelo Paraná citou como exemplo o fato de o Brasil não poder realizar pesquisas sobre o mosaico, uma doença causada por vírus que acomete as plantações de feijão, porque a legislação vigente não permite.

Osmar Dias ressaltou, ainda, que em pouco tempo o país produzirá uma soja transgênica com insulina, que resolverá o problema dos diabéticos com o simples consumo de um bife de soja.

Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf) segundo os quais os investimentos para o setor na Embrapa foram reduzidos de US\$ 500 milhões para US\$ 230 milhões na última década. No mesmo período, a safra de grãos cresceu 70%, em uma área plantada apenas 8,5% maior.

Aelton citou também dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicando que para cada 1% no volume de recursos destinados à pesquisa na Embrapa há um aumento de 0,17% na produtividade total da agricultura brasileira. Acrescentou que a empresa é responsável por 90% da tecnologia utilizada no setor agrícola.

Caminhos

O senador por Minas Gerais elogiou ainda a “postura cordial” com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, esta semana, a bancada federal do PL. O parlamentar afirmou que o melhor aliado não é aquele que acata tudo, mas o que diverge e aponta caminhos para as correções de rumo. Ele se referia ao fato de o PL integrar a base do governo, mas nem sempre acompanhar a orientação governista.

Comissão acolhe os nomes de três novos embaixadores

■ Indicações do chefe do governo para Santa Sé, Malauí, Eslováquia, Eslovênia e Croácia vão ao Plenário do Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem pareceres favoráveis a mensagens indicando nomes para chefiar três embaixadas: Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para representar o Brasil na Santa Sé; George Ney de Souza Fernandes, que chefia a embaixada no Zimbábue, para acumular a função no Malauí; e Celso Marcos Vieira de Souza, embaixador na Áustria, para exercer, cumulativamente, o cargo na Eslováquia, Eslovênia e Croácia. As mensagens presidenciais ainda serão submetidas ao Plenário.

Indicado pela Mensagem 35/04, George Ney é diplomata desde 1978. Entre as missões exercidas, o relator, Edison Lobão (PFL-MA), destacou a de conselheiro em Havana, Santiago, Bucareste e Guatemala. Sobre a república africana do Malauí, Lobão informou que o seu produto interno bruto (PIB) é de cerca de US\$ 6 bilhões. O Brasil não tem embaixador naquele país.

Marcelo Crivella (PL-RJ), que



SABATINA Indicada para chefiar a missão brasileira no Vaticano, Vera Lúcia Machado, ao lado de Eduardo Suplicy, fala aos senadores da CRE

morou na África como missionário religioso, acrescentou que há cerca de cem brasileiros vivendo no Malauí e seu principal produto de exportação é o fumo. Ele elogiou a decisão brasileira de indicar um embaixador para Lilongwe, capital daquele país, lembrando que o incremento das relações com as nações africanas pode ser creditada ao esforço do ministro Celso Amorim e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Luiz Otávio (PMDB-PA), relator da Mensagem 38/04, que indica o embaixador Vieira de Souza para acumular a função na Eslováquia, Eslovênia e Croácia, destacou, em seu parecer, que o diplomata chefiou o Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, e foi embaixador no Cairo entre 2000 e 2004.

A CRE também acolheu moção de apoio ao Programa Nuclear Brasileiro, proposta em requerimento de Tião Viana (PT-AC). Outro requerimento aprovado, de iniciativa de Marcelo Crivella, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e do presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), atende a solicitação do representante da Casa do Brasil em Lisboa, Alípio Freire, para que o Senado manifeste ao governo português sua preocupação quanto à tramitação e resolução dos processos de interesse dos cerca de 30 mil cidadãos brasileiros que se encontram com vistos de trabalho naquele país.

A Mensagem 36/04, indicando Vera Lúcia Machado para a embaixada no Vaticano, foi relatada por Marco Maciel (PFL-PE). (Veja matéria abaixo.)

Diplomata destaca vínculos com a Santa Sé

O senador Marco Maciel (PFL-PE), relator da mensagem que indica Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para a missão brasileira na Santa Sé (Vaticano), apresentou à Comissão de Relações Exteriores um resumo da atuação da embaixadora na Índia, nos quatro últimos anos, além de funções em várias capitais, inclusive Washington, como integrante de comissões multilaterais ligadas às questões ambientais e de energia.

Única dos três diplomatas indicados presente à reunião da CRE, Vera Lúcia, em sua explanação aos senadores, destacou a importância do cargo para o qual foi indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ser o Brasil o maior país católico do mundo.

– A Igreja é uma fonte de apoio moral e religioso para grande parte da população brasileira. Tem sido importante nos movimentos sociais e na luta pela redemocratização – salientou a embaixadora, que fez aos senadores um relato histórico das diferentes fases do catolicismo.

Vera Lúcia ressaltou que a Santa Sé mantém relações diplomáticas com 170 países, tendo reconhecido o Brasil como Estado independente em 1826. A embaixadora lembrou que o papa João Paulo II acumula diversas funções: além do bispo de Roma, é o presidente do Conselho Papal, chefe de Estado do Vaticano e chefe da Igreja Católica.

– As relações Brasil-Santa Sé sempre foram marcadas pela

tradição e a singularidade. A Igreja teve papel fundamental desde os primeiros minutos da história do Brasil.

Sobre o seu período de quase quatro anos no comando da embaixada em Nova Déli, na Índia, a diplomata manifestou sua satisfação em ver que as relações bilaterais têm hoje “um patamar muito diferente”.

– Quando cheguei à Índia, elas eram fluidas, mas muito tênues. Fizemos um trabalho que elevou a balança comercial de US\$ 280 milhões, em 1998, para US\$ 1,2 bilhão em 2002 – informou, lembrando que a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez à Índia em janeiro passado, acompanhado por 80 empresários, deverá dinamizar ainda mais as relações bilaterais.



PROTESTO Aelton manifesta solidariedade a servidores da Embrapa e Codevasf

Aelton apóia movimento em favor da pesquisa

O senador Aelton Freitas (PL-MG) solidarizou-se ontem com os funcionários da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), que fizeram protestos por todo o país, dentro da programação do Dia Nacional em Defesa da Pesquisa Agropecuária.

Os servidores da Embrapa lutam por mais recursos para a pesquisa, disse Aelton, que citou números divulgados pelo

Roosevelt Pinheiro

Célio Azevedo

CAS aprova atendimento médico integral do SUS

■ Substitutivo de Edison Lobão inclui ações preventivas entre as obrigações do Sistema Único de Saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Edison Lobão (PFL-MA) a projeto de lei da Câmara (PLC 3/02) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a dar atenção integral à saúde em todas as áreas médicas, incluindo as ações assistenciais e preventivas. O projeto segue agora para votação no Plenário e, se aprovado, vai à sanção presidencial.

Pela proposta inicial do autor, o então deputado Ricardo Ferraço, o Sistema Único de Saúde deveria prestar apenas serviço de prevenção e tratamentos odontológicos em toda a rede do sistema, pública ou conveniada, utilizando os mei-



AMPLIAÇÃO Patrícia Saboya cumprimenta Lobão durante reunião do colegiado, que modificou projeto apresentado na Câmara

os e técnicas necessários.

Apesar de considerar o projeto louvável e de grande alcance social, Edison Lobão observou que ele deveria ser genérico, para que as ações assistenciais e preventivas fossem executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas, e não apenas no setor odontológico. A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) enalteceu o substitutivo do senador maranhense.

Despesas médicas

Na mesma reunião, presidida pelo senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), a Comissão de Assuntos Sociais decidiu adiar para a próxima semana o exame do parecer do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) favorável a projeto que assegura a cobertura das despesas de acompanhamento de paciente menor de 18 anos de idade que esteja internado em unidade de terapia intensiva (UTI) ou similar.



Roosevelt Pinheiro

Ana Júlia estranha gasto de R\$ 16 mi com PVC no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse ontem ter estranhado gastos de R\$ 16 milhões com a compra de tubos de PVC pela Secretaria de Habitação do Estado do Pará, para obras em 58 municípios que fazem parte do Projeto Alvorada, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Ela afirmou que já apresentou requerimento solicitando investigação sobre o que vem sendo chamado pela imprensa paraense de "calote federal", alegando que a Funasa não está repassando os recursos do projeto, que somam R\$ 37 milhões.

Segundo a senadora, já foi repassada a quase totalidade dos recursos, e auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) comprovou a aplicação de apenas 55% dos R\$ 37 milhões.

– Tem alguma coisa estranha em gastar R\$ 16 milhões em tubos de PVC. É muito cano e

DESABAFO “É muito cano, e quem está entrando pelo cano é o povo do Pará”

quem está entrando pelo cano é o povo do Pará – assinalou.

Ana Júlia destacou a política habitacional do governo federal e comentou algumas medidas do Ministério das Cidades, como o investimento de R\$ 1,1 bilhão no arrendamento residencial e a aplicação de 50% dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de imóveis novos. Ela lembrou que, desde a extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1985, o Brasil não dispunha de uma política habitacional para a população de baixa renda (até cinco salários mínimos). É nessa faixa que estão 92% do déficit habitacional, salientou.

res, governadores e o presidente da República – que estabelecia a compensação aos estados pelo incentivo às exportações e a aprovação, pela bancada do governo na Câmara, do Fundo de Desenvolvimento Regional.

– Quarenta e oito horas depois do evento, o relator da reforma tributária na Câmara, deputado Virgílio Guimarães, apresentou proposta de emenda à Constituição estabelecendo a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional pelos órgãos de desenvolvimento regional, ao invés de diretamente pelos estados – afirmou ela.

Ao fazer um retrospecto das relações entre os governadores e o Executivo federal, Maria do Carmo ressaltou, que apesar de o presidente Lula haver iniciado seu mandato em contato permanente com os governadores – à exceção da reforma da Previdência, de grande interesse para a União –, a discussão da reforma tributária ocorreu como um diálogo de surdos entre o governo federal e os governadores.

Para a senadora, desde a primeira reunião o governo desrespeitou o compromisso de não elevar a carga tributária.



ECOLOGIA Lúcia Vânia comenta evento latino-americano que mais distribui prêmios

Lúcia Vânia destaca Festival Internacional de Cinema

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) registrou que no período de 1º a 6 de junho, na cidade de Goiás (GO), o governo estadual, por meio da Agência Goiana de Cultura, realiza a 6ª edição do Festival Internacional de Cinema Ambiental (Fica). Ela comentou que este evento é o mais importante festival de cinema da América Latina com temática exclusivamente ecológica. Também é o que mais premia. Este ano, revelou, serão distribuídos R\$ 250 mil entre os vencedores.

Tião Viana pede mais tempo para dar parecer à MP da Previdência

O relator-revisor da medida provisória (MP 167/04) que regulamenta a reforma da Previdência aprovada no fim do ano passado, senador Tião Viana (PT-AC), pediu à Mesa mais tempo para emitir seu parecer e, com isso, o Plenário não pôde votar qualquer matéria ontem – 19 matérias estavam na pauta do dia. Ela está à frente de outras sete MPs e de outras 11 matérias e deve ser votada com prioridade, por se tratar da MP mais antiga em exame no Senado.

O presidente da Casa, José Sarney, anunciou que não haveria votação por falta de acordo partidário e, assim, ele aceitava o requerimento de adiamento de Tião Viana. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou à imprensa que a MP 167/04 “é um problema”.

– Como é que vamos votar a MP que regulamenta a cobrança de 11% dos inativos se o próprio procurador-geral da República manifestou ao Supremo Tribunal Federal que essa cobrança contém inconstitucionalidades? – questionou.

Na última terça-feira, os líderes partidários se comprometeram a votar nove medidas provisórias que estavam trancando a pauta do Plenário. A primeira foi votada na quarta e, agora, só haverá nova tentativa de votação na terça-feira. Todas as oito MPs da pauta já estão trancando a votação de outras matérias, por terem sido assinadas pelo presidente da República há mais de 45 dias.

Com o trancamento da pauta do Plenário, sobe para 108 o número de matérias à espera de votação, após o exame das oito medidas provisórias.



ADIAMENTO Tião Viana quer mais tempo para analisar regulamentação da reforma



PALAVRA Maria do Carmo Alves diz que governo desrespeita compromisso

Maria do Carmo teme crise entre governadores e o Planalto

Maria do Carmo Alves (PFL-SE) alertou que se avizinha mais uma crise, “desta vez de proporções monumentais, entre os governadores e o Planalto”. A senadora acusou ontem o governo federal de desrespeitar acordos feitos com os Executivos estaduais no contexto da reforma tributária, dando como exemplo o descumprimento de compromisso – pactuado no Senado, em abril passado, envolvendo senado-

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Efraim Morais e Garibaldi Alves Filho e pelas senadoras Maria do Carmo Alves e Ana Júlia Carepa